

## VICENTE LICÍNIO CARDOSO E O PENSAMENTO SÓCIO-POLÍTICO

FERNANDO WHITAKER DA CUNHA

Vicente Licínio Cardoso, penetrante filósofo, sociólogo, ensaísta, humanista, arquiteto e professor, como Castilhos Goycochêa, seu cunhado, ilustrado cultor da Filosofia das Ciências e da História, não são meros estilistas. A linguagem era, para eles, instrumentos precioso para veículo de idéias nítidas e não simples meio de composição. Foram homens de pensamento e ação, confundindo ambos os vocábulos. Raciocinavam claro e incisivamente.

Vicente Licínio prezava as palavras; não as desembainhava inutilmente. O estilo era, em seu entender, a resultante da vontade e do talento, ligados pelo caráter. Frugal e exato, como um romano, cultivava a simplicidade para exprimir as coisas profundas, sem deixar de ser original, atento ao que dissera o evangelista (Mateus, 12: 36, 37), de que os homens prestariam contas de toda palavra ociosa. “Os povos, proclamava ele, querem, antes de tudo, ação vivida. Palavras, orais e escritas, levam-nas os ventos do tempo. As ações ficam”.

Compreendendo a importância missional do idioma, combateu, Vicente Licínio, pela simplificação ortográfica, inserindo a “Advertência Antiga”, no prólogo de todo os seus livros, plenos de fórmulas densas. “Las palabras primordiales” adverte o teólogo Martin Buber, “no significan cosas, sino que indican relaciones”.

Homem de experiências abissais, Vicente Licínio encarnava o vocábulo tedesco “Erlebnis” (vivência) que, no explicar de Garcia Morente, significa “lo que tenemos realmente en nuestro ser psíquico, lo que real y verdaderamente estamos sintiendo, teniendo en la plenitud de la palabra tener”. Uma filosofia apoiada de tal vivência, “deixa de ser meramente uma especulação teórica para converter-se numa coisa que é mais do que isso: é também ação”, como observou Adolfo Morales de Los Rios Filho (*Teoria e Filosofia da Arquitetura*, 1º vol., p. 20).

O pensador brasileiro e seu cunhado eram positivistas, sem deixar de fazer restrições cabíveis a Comte, aceitando-o no que lhes parecia substancial.

Nós, também, que somos adeptos da Filosofia Existencial e da Culturologia, e que, da mesma forma, temos examinado o pensamento histórico e político, influenciados pelos ensinamentos de Miguel Reale, fazemos objeções a essas duas tendências do pensamento, como demonstram os nossos livros, principalmente *Democracia e Cultura*. Razão tem Heidegger, quando afirma constituir a existência uma forma de ser peculiar, essencialmente jungida ao *estar aí*, opinando Antônio Garcia Estrada (*Existência y Culpa*, p. 20) que “la *humanitas*, como essência, es, pués algo que *alguién* tiene y com la cual ese *alguién* se realiza historicamente”.

A responsabilidade e a angústia do homem perante o mundo provêm da consciência de sua finitude, limitação que, por sua vez, estimula o desencadeamento de seu quinhão de infinito. “Eine Welt ist uns nicht gegeben sondern aufgegeben”, doutrinava Kant. O nosso existencialismo não é agnóstico, entretanto, porque acreditamos que nossa inteligência e nossa vontade se ordenam em torno de uma inteligência e de uma vontade supremas. *Ens sui diffusum*, esclarecia Santo Tomás.

Culturalista, não fazemos radical distinção entre o mundo da natureza e o mundo da cultura, porque há, no primeiro, problemas que só podem ser encarados através do conhecimento histórico, e, no segundo, temas susceptíveis de serem abordados por conceitos e métodos das ciências naturais, como dilucidou Cassirer (*Las Ciencias de la Cultura*, p. 60).

A presença marcante na vida de Vicente Licínio, aquela que lhe serviu de exemplo e de estímulo, foi a de seu pai, Licínio Atanásio Cardoso, que lhe deu, como ele mesmo confessou, “amor pelas sínteses ousadas e a curiosidade útil pelas cousas pequenas”, com o qual, às vezes, se confunde o filho, por ter este adquirido maior notoriedade.

O primeiro Licínio, todavia, foi um homem admirável. Engenheiro e médico, tornou-se erudito professor da Escola Politécnica, da Escola Militar, da Faculdade de Medicina Homeopática (adotando a auto-hemoterapia de Rogers, não-prevista por Hahnemann) e Chefe de Clínica de uma das Enfermarias da Santa Casa de Misericórdia, além de um dos primeiros lentes oficiais de Sociologia, no país. Gaúcho de nascimento, desde cedo inclinou-se para o Positivismo, como era comum entre seus contemporâneos, e, coisa interessante, para a Maçonaria, vindo a ser republicano histórico. “Na Escola Militar”, depõe sua filha Leontina Licínio Cardoso (*Licínio Cardoso, Seu Pensamento, Sua Obra, Sua Vida*, p. 60), “encontrou Benjamin o melhor dos seus discípulos

em Licínio Cardoso”. Foi ele, sem dúvida, o amado filho espiritual do Patriarca da República.

A um seu irmão, história Castilhos Goycochêa, seu genro (*Licínio Cardoso*, p. 4), coube a “ingrata missão de espalhar a notícia da prisão do Marechal Deodoro da Fonseca — notícia falsa mas necessária na ocasião (véspera de 15 de novembro de 1889) para atrair à causa os poucos militares que ainda se não tinham declado publicamente pela forma de governo em perspectiva”. Não obstante, Licínio viria, posteriormente, a exigir, como outros, a deposição de Deodoro, como nos conta Rodrigo Otávio, chegando a redigir uma ata, a esse respeito.

É dele uma classificação das ciências em que a Sociologia aparece como subdivisão da Matemática Concreta constando essa última ao lado da Matemática Abstrata. Deixou obras notáveis quer no campo das ciências exatas, quer no das ciências naturais ou sociais.

Por ter contratado o fornecimento de cadáveres, para o estudo de anatomia na Faculdade Hahnemaniana, foi excomungado pelo Positivismo, cuja doutrina, entretanto, continuou seguindo. A independência de seu pensamento e de suas pesquisas impunha-se, é bem de ver, a quaisquer ortodoxismos, mas é certo que ele participava daquela *intelligentsia* propiciada pela filosofia de Comte e tão bem estudada por Ivan Lins, em seu trabalho *Influência do Positivismo na Proclamação da República*. Faleceu em Paris, para onde fora em missão cultural. O filho amado trouxe os seus despojos pelo navio *Koln*, escrevendo nesses dias tristes a comovida biografia (*Licínio Cardoso*), traduzida para o francês, por Marx Jacquemin. Corria o ano de 1926. No imprescindível *Discours Sur L’Esprit Positif*, ed. 1963, p. 47, Comte afirma que esse espírito “consiste surtout à *voir pour prévoir*, à étudier ce que est afin d’en conclure ce qui sera, d’après le dogme général de l’invariabilité des lois naturelles”, analisando-o em todos os seus sentidos. A sua adoção permitiria a edificação de uma ciência real e não de uma erudição vã “qui accumule machinalement des faits sans aspirer à les déduire les uns des autres”. Goethe, aliás, havia designado a sua posição, como *Empirismo Racional*, “porque faz ser conteúdo da ciência, constatou Rudolf Steiner” (*O Método Científico de Goethe*, p. 64), “nada senão processos objetivos”.

O método científico, de observar e experimentar, vinha atender aos reclamos de uma época saturada com a retórica vazia do romantismo. Böhler percebeu que essa diretriz “est tissée dans la trame du temps qui l’a produite”,

Na Academia Francesa, recebido por Renan, falou Pasteur “deste maravilhoso método experimental, do qual não se pode dizer que atinge todos os seus propósitos, mas que raramente conduz a mau caminho, e isso apenas aos

que não o usam bem”. Referindo-se ao grande cientista, disse René Dubos (*Pasteur y la Ciencia Moderna*, p. 99): “en sus manos, el metodo experimental no era una serie de recetas, sino una filosofia viviente adaptable a las circunstancias siempre cambiantes de los fenómenos naturales”.

Dilthey reconheceu no Positivismo, “uma das atitudes permanentes do espírito humano”, o que bem revela a sua intemporalidade e a sua influência na cultura ocidental, mormente ao ser reformulado por Comte, em cuja obra há que distinguir o que é circunstancial e o que é permanente.

Registrou muito bem Teixeira Mendes (*A Bandeira Nacional*, 3ª ed., p. 12): “Pode-se rejeitar o conjunto de sua doutrina, e bem pequeno é o número dos que a seguem hoje. Mas, muitos aspectos isolados dela já fazem parte integrante da civilização do nosso tempo”.

A influência de Comte (e, secundariamente, a de Spinoza, por sua concepção do sagrado) é visível na formação espiritual de Vicente Licínio Cardoso, mas ele não a aceitava sem crítica e sem discordância, não deixando, em mais de uma oportunidade, como notou Evaristo de Moraes Filho, de procurar “corrigi-lo em alguns pontos fundamentais”. Caso idêntico foi o de Tobias Barreto, para quem, segundo Antônio Paim (*A Filosofia da Escola do Recife*, p. 20), a “aceitação de certos pontos de vista da doutrina positivista não significa a aprovação integral do pensamento de Comte”. Embora enaltecendo aqui e acolá o gênio do pensador de Montpellier, Vicente Licínio aponta-lhe alguns erros de perspectiva.

Contudo, o resíduo positivista é válido em sua obra, principalmente pela concepção organicista, desenvolvida por Spencer.

Djacir Menezes (*Evolucionismo e Positivismo na Crítica de Farias Brito*, p. 17) ressaltou “a função que coube ao evolucionismo, ao irradiar das ciências biológicas para as ciências sociais, nos centros cultos do mundo”.

O organicismo absoluto, identificando o corpo social ao corpo humano, caiu em descrédito por suas próprias minúcias, mas a identificação do homem ao Estado, como temos defendido, pode ser feita através de um organicismo cultural, ético e idealista, como prova a doutrina alemã do Estado-Órgão, da qual longamente tratamos no livro sobre os pressupostos da ação política.

É nesse sentido que Vicente Licínio deve ser considerado um organicista, estudando “*organismos sociais*, habitando *meios físicos*, nele se desenvolvendo, evoluindo e exercendo as suas capacidades de ação”, como escreve em *Pensamentos Brasileiros*, p. 80, dando-nos um interessante conceito de comunidade estatizada. Lourenço Filho (*Vicente Licínio e os Estudos Sociais*, in *Rer. Ac. Paul. Let.*, nº 66), julga que “a compreensão da sociedade é nele organicista, sob modos comteanos”. Em *Maracás*, p. 157, fino livro de aforismos e

meditações, Vicente Licínio, sob o título de “necessidades orgânicas”, defende a tese de que “os povos, tanto quanto os indivíduos, precisam ter um programa de ação; do contrário, estiolam-se as energias, perdem-se as iniciativas e deprimem-se os caracteres”. Definindo a arte, exarava: “A massa social é um corpo: o artista é a mão ou a voz desse organismo”.

Na coletânea *A Margem da História da República*, organizada graças aos seus esforços, pregou a necessidade de um “idealismo Orgânico Construtor Nacional”, idéia a que voltou em *Afirmações e Comentários*, p. 93, e em *Pensamentos Americanos*, p. 101, argumentando que o Brasil não formara, ainda, esse idealismo, porque não forjara “tão pouco o nosso ambiente político a atmosfera propícia à eclosão do estadista, resumo do integrador das necessidades e almejos de seu meio, do seu pró-homem transformador de energias, do seu grande *educador nacional em suma*”. Esse entendimento, ao lado do conceito do “Brasil-Uno”, que expendeu, e cuja necessidade Celso Vieira colocou como o primeiro mandamento do decálogo do escritor, permite obter ter influenciado ele no pensamento de Plínio Salgado, além das fontes comuns de ambos, Farias Brito e Alberto Torres, o qual fez uma clara e segura análise de nossa realidade e de nossos problemas, bradando contra nossa desorientação social e propondo soluções de insondável influência no pensamento político nacional. “Estudar o Brasil, eis o que deverá ser o lema do patriotismo e do zelo pela sorte de nossa terra”, escreveu ele, em *A Organização Nacional*, p. 60. Viana Moog (*Heróis da Decadência*, 2ª ed., p. 98) bem fixou o conceito de *idealismo nacional*, que não submete a realidade a uma ordem abstrata, como faz o *idealismo* puro, mas subordina a idéia às exigências do mundo real.

Maurras clamava, a seu turno, por um “empirismo organizador” revelando também a sua formação comteana.

Jean Wahl (*Tableau de la Philosophie Française*, p. 7) ponderou que “la philosophie n’est pas un domaine réservé à des techniciens”. Por essa razão é que se pode considerar Vicente Licínio um pensador e um profeta, porque “pour être prophète, il n’y a qu’à donner à son âme un certain degré d’exaltation” (Pascal). Não lhe faltava, em verdade, “violência de sentimentos” e intensidade de propósitos.

A leitura de qualquer de seus livros impõe o exame dos demais, tal o entrosamento visceral entre eles (*Vultos e Idéias*, p. 9), uns, começando e continuando os outros, numa ensaística fascinante, universal e esférica, que se sublinhava, destacando conceitos e problemas, e repisava idéias, visando ao aliciamento e à arregimentação dos espíritos. Os incisivos títulos de alguns dos tomos alardeiam, por si mesmos, uma tentativa de informação e de esclarecimento.

Como Augusto Comte, Vicente Licínio cultivava a expressão direta, sem preciosismo, e o que Matienzo consignou a respeito de Alberdi lhe é aplicável: “como escritor, su cualidad característica es la absoluta subordinación de la palabra al pensamiento, de la forma al fondo”.

Em tratando de Vicente Licínio, estaríamos já envolvendo Castilhos Goycochêa, seu cunhado, seu amigo, seu discípulo, tal a identificação entre ambos. “*O irmão que os pais não lhe deram, era eu*”, confidencia Goycochêa, na esplêndida biografia que lhe dedicou (*O Super-Humanismo de Vicente Licínio*, 2ª ed., p. 98).

O ponto fundamental, que urge assinalar na produção do notável filósofo da ação, é a luta que encetou para a formação de uma doutrina política nacional, despertando as consciências para a realidade brasileira, e ensejando a elaboração de um espírito de brasilidade, bandeira que, posteriormente, foi retomada por Afonso Arinos, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Hermes Lima e Roberto Lyra, entre outros. Seu lema era um “Brasil maior e melhor”. A formação do “humanismo brasileiro” parecia-lhe indispensável ao nosso futuro, para a independência cultural do nosso pensamento, mas o seu nacionalismo não era cego à contribuição do elemento estrangeiro. Leu tudo que dizia respeito à nossa evolução político-econômica, perscrutando as necessidades sociais mais profundas. Tratou, inconfundível expositor, de todos os nossos magnos problemas, de siderurgia à agricultura, da política (“deve implicitamente expressar *política econômica*”), à educação, pressuposto do regime democrático. Foi um moderno por sua objetividade e seu dinamismo servirem a uma ideologia, que buscava nas raízes coletivas a autonomia mental. Sentiu Agripino Grieco (*Vivos e Mortos*, p. 198) que sua obra “é bem de um brasileiro, tem o gosto de Brasil”.

A sua densa cultura tinha-o informado de tudo. Era um brasileiro que respirava as grandes civilizações e se enternecia pelos destinos da pátria. Ninguém a amou acima dele. Sentiu a *força da terra*, celebrada pelos escritores russos, lendo Euclides; de Alberto Torres, continuado em Oliveira Viana e Gilberto Amado, sorveu a lucidez crítica e o conceito de “Universidade Brasileira”; com Tavares Bastos e Silvio Romero, aprendeu a auscultar a nossa realidade. De Farias Brito é o seu espiritualismo. Atribuía-lhe Vicente Licínio, como está em Francisco Elias de Tejada (*As Doutrinas Políticas de Farias Brito*, ps. 130 e 131) “a força renovadora emanada da própria terra que não formou ainda a consciência da própria nacionalidade, em cuja tarefa nacionalizadora do descobrimento da nacionalidade pátria o emparelha com Euclides da Cunha”. Surpreendia, Vicente Licínio, os nossos fenômenos históricos, pelos seus condicionamentos econômicos e pela causalidade, buscando “expli-

car e definir a nossa evolução social e política através dos eventos do passado” (*A Margem da História do Brasil*, p. 43), fixando um pensamento social. Procurava, por isso, chegar a conceitos básicos. A política surgia-lhe, então, como sendo a “direção de uma sociedade agindo em face de um meio físico do qual deve ser considerada função (*Figuras e Conceitos*, p. 276) e a democracia como a “organização política em que é feita a seleção dos capazes dentro de um regime de ordem esterilizado, pela lei, de quaisquer preconceitos sociais”. Nós, de maneira idêntica, concebemos a forma democrática vinculada à formação das elites dirigentes e à autoridade serenamente exercida, compreendendo, por essa razão, Vicente Licínio, quando discreteia ser o direito “a força que vence a própria força”, porque o motivo de ser daquele é a existência de contraforças sociais.

Azevedo Amaral enxergou o significado de brasilidade: “é a fórmula de exteriorização atual e evanescente das forças construtivas que geram o presente no passado histórico e, ao mesmo tempo, contêm os elementos propulsores do nosso destino coletivo”.

Era, a bem dizer, a orientação de Vicente Licínio. O Visconde de Carnaxide, que nos visitava, pôde, então, constatar que “patriotismo não é uma questão de estilo, mas de fundo” (*Patriotismo, Cultura, Unidade*, p. 19).

Esse aspecto da produção de Vicente Licínio justifica a entusiástica admiração de contemporâneos e das gerações que o sucederam e que guardam avaramente seus livros (os exemplares de Sabóia Lima, biógrafo de Alberto Torres, estavam carinhosamente anotados), infelizmente, não reeditados, porque dele nos sai a voz do amanhã, que vem chegando em fragmentos, sendo, constantemente, os textos constitucionais mais aspirações do que realizações.

“No Brasil”, disserta Hermes Lima (*Lições da Crise*, p. 27), “o sentimento nacionalista esplendeu, em dúvida, entre os fortes motivos inspiradores da Revolução de 30”, movimento que Goycochêa aplaudiu por derrubar “o personalismo dominador do país”, o que, na época, era real. Mas esse personalismo foi substituído, depois, por um mais nefasto, que comprometeu toda a estrutura da nação. Em qualquer caso, o apostolado de Vicente Licínio estava entre aqueles que tentaram a regeneração de nossos costumes políticos, sugestões de um “espírito obstinadamente voltado para os interesses do Brasil”, como narrou sua irmã Leontina (*A Siderurgia*, in *O Jornal*, de 2 de abril de 1943).

O ilustrado Jorge Jaime (*História da Filosofia no Brasil*, 2º vol., p. 74) assevera que Vicente Licínio “pretendia que o homem brasileiro se adaptasse ao seu meio”, numa plena identificação cultural, e Cruz Costa (*Panorama da*

*História da Filosofia no Brasil*, p. 79), que ele empreendeu “uma interpretação do Brasil”.

Nascido no bairro de Botafogo, em 1889, Licínio faleceu no Rio de Janeiro, em 1931. Aluno distinto, participou de congressos estudantis no Uruguai e no Peru e foi aos Estados Unidos, em prêmio de viagem, da turma dos engenheiros civis de 1912, apresentando um relatório à Congregação da Escola Politécnica, sobre a arquitetura dos Estados Unidos (nação que, juntamente com a Alemanha, admirava), na qual surgia o *sky-scraeper*, como a expressão da própria civilização americana. A arquitetura, para ele, mais do que qualquer arte, era função de um conjunto de estímulos, sendo “vastamente influenciada pelos reflexos das condições sociais peculiares ao meio”.

Em 1927, veio a conquistar a Cátedra de Arquitetura da Escola Politécnica, com uma tese sobre as arquitetura grega e romana, uma vez que a sua inclinação para o magistério havia sido frustrada no concurso para a Escola de Belas Artes, que foi anulado. A cadeira do professor era, para ele, uma tribuna de onde os ideais poderiam ser pregados. Para conhecer intimamente um município e familiarizar-se com a engrenagem política, preparando-se para a sua missão, aceitou a Prefeitura de São Gonçalo, por seis meses, elaborando e publicando substancioso relatório.

Em 1921, percorreu, longamente, o rio São Francisco, sentindo o Brasil na sua medula, escrevendo, oportunamente, magnífico ensaio sobre a sua função de base física da unidade do Império. Possuiu um rendoso escritório profissional e fez projetos para o Forum de Curitiba e para o do antigo Distrito Federal. Desencantado por entraves burocráticos, no cancelamento de um certame de projetos, fechou o escritório e passou a dedicar-se inteiramente à sua vibração cívica e aos estudos a que se destinara, viajando muito. Descreve-o Fernando Azevedo (*Velha e Nova Política*, p. 17), de quem foi grande colaborador na Direção da Instrução Pública: “retraído, de uma polidez discreta e grave e com um olhar distante que tinha qualquer coisa de nostálgico”. Essa a impressão que, realmente, dá a sua fotografia, que corre impressa, e, que foi dedicada à sua mãe, em letra miúda e nervosa.

Era um homem distante de qualquer vulgaridade e de tolas competições. Produto de uma *cultura intervalar*, entre dois grandes sismos políticos, e preocupado com o drama de sua geração, a sua aguda sensibilidade captava as inquietações do momento presente e teria que levá-lo para ação; para a reforma sócio-política, abandonando as abstrações e tentando resolver os problemas brasileiros. “No contato simultâneo das obras de Farias Brito e Alberto Torres”, relatou Vivaldo Coaracy, “hesitava numa encruzilhada. Venceu o soció-

logo”. Em compensação, foi ele um dos inspiradores da “Sociedade Brasileira de Filosofia”, à qual deu o estímulo do seu talento.

É, pois, justa a opinião de Lourenço Filho (ob. cit.): “nenhum outro cultor do pensamento social, entre nós, mais claramente terá traduzido as inquietações de sua época, nem mais evidenciado a utilidade e a grandeza desse tipo de reflexão”. Dedicando trabalho de 1923, sobre Benjamin Constant, falava Licínio a respeito desse “passeio tão tenebroso e perigoso pela terra”. Acácio França, que o conheceu de perto, revela (*Vicente Licínio Cardoso, in Jornal do Comércio*, de 19.06.31, depois publicado em livro): “O desastre de 3 de dezembro de 1928, em que pereceram seus irmãos de cruzada educacional — Tobias Moscoso, Ferdinando Laboriau, Amoroso Costa e Amaury de Medeiros — foi um golpe de que Vicente nunca mais se curou”. Esse infausto acontecimento, somado à morte de seu progenitor, teria contribuído para a quebra do ritmo de sua intensa produção intelectual.

Uma neurose foi acentuando-se, fazendo-o recear o “deperecer lento do espírito”, “a tragédia dessa diminuição da personalidade”, notada, aliás, por Rodrigo Otávio, em *Minhas Memórias dos Outros*. Goycochêa bem descreveu seu processo mórbido. Após uma tentativa frustrada de suicídio, em fins de 1930, Licínio conseguiu levar a cabo o seu desiderato, meses depois, no Hotel Paissandu (Alfredo Ellis Junior referiu-se ao “ilustre pensador e sociólogo tão cedo roubado pela morte ao nosso convívio”).

“Sempre respeitei o suicídio”, havia escrito ele, e com esse respeito tratara da auto-eliminação de Luiz II, protetor de Wagner, a quem cultuava, ao lado de Colombo, sobre quem produziu estudo definitivo (*Colombo, 1924. E. Anuário do Brasil*), e de Raul Pompéia, de quem asseverou: “desenganado do que via, sem encontrar solução salvadora, que amainasse a excitação de seu espírito... suicidou-se”.

Preciso auto-retrato, perfil também de seus companheiros de desespero no último gesto: Antero, Camilo, Lugones, Alfonsina Storni, Virginia Wolf, Nerval, Florbela Espanca e Hemingway.

Do seu túmulo sai um facho de luz e parecemos ouvi-lo: “não deixeis nunca de fazer o que de ti exigir a tua consciência, mesmo quando forem muitos e poderosos os homens que pretenderem contrariar e embarçar a tua ação”.

Fazendo ele uma leitura hermenêutica de nossa história, demonstrou, ainda, a pouca importância do positivismo ortodoxo no advento da República, pela concepção autoritária e ditatorial que tinha dela, inconciliável com o ideário dos republicanos históricos, situação que se projetou na Constituição de 1891, como se constata em Agenor de Roure (*A Constituinte Republicana*, 1º vol., p. 32, Brasília, 1979).

Vicente Licínio Cardoso foi, indubitavelmente, um semeador de ideais, um plantador de soluções, um sempre atual agitador de problemas, daí o aspecto fragmentário, embora com organicidade, de sua luminosa elaboração mental. A nós todos cabe fazer a colheita nessa valiosa e ardente seara que anuncia e impõe o progresso. Dele se poderia asseverar o que de Leibnitz, comentou Fontenelle: “qu’il y avait plusieurs grands hommes en lui”.